TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 75, INCISO II, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2026

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O **MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.915.026/0001-24, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, município de Maracajá, representada no presente instrumento pelo Prefeito **ANIBAL BRAMBILA**, torna público que realizará licitação, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância desarmada, uniformizada, para atuação durante as festividades alusivas aos 59 anos de emancipação político-administrativa do Município de Maracajá/SC, com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, com as justificativas presentes nos autos.

2.2. Aplica-se ao este Termo de Dispensa, a seguinte legislação:

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) Lei Federal nº 14.133, de 2021;

c) Lei Federal nº 4.320, de 1964;

d) Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

e) Lei Orgânica do Município.

f) Decreto Municipal nº 031/2023;

2.3. Conforme o art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a **R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**, no caso de compras e serviços.

2.4. Para fins de aferição dos valores que atendam ao limite referido, deverão ser observados: *(i)* o somatório do que for despendido no **exercício financeiro** pela respectiva **unidade gestora**; *(ii)* o somatório da despesa realizada com **objetos de mesma natureza**, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no **mesmo ramo de atividade**.

2.5. Trata-se da hipótese de dispensa de licitação mais comum na rotina do administrador público, sendo um importante instrumento de gestão, pois permite atender às demandas de caráter e eventual, muitas vezes urgentes.

2.6. Essa desburocratização do processo de compra nas aquisições de baixo valor vem ao encontro com o princípio da **economicidade**.

2.7. Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236)1:

> "A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.".

2.8. Por fim, na inteligência de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em Contratação Direta sem licitação, Ed. Brasília Jurídica, 5ª Edição, p. 289:

> "Para que a situação possa implicar dispensa de licitação, deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal, preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação dispensável previstas expressamente na lei, *numerus clausus*, no jargão jurídico, querendo significar que são aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação.".

2.9. Portanto, como a lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica, desde que a unidade gestora não ter atingido o limite previsto naquele exercício financeiro, bem como, mediante o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, a presente contratação atende ao disposto no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/21.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de disponibilização de equipe de vigilância privada para atuação durante as festividades alusivas aos 59 anos de emancipação político-administrativa do Município de Maracajá/SC.

3.2. Considerando o grande fluxo de pessoas esperado para o evento público, torna-se necessária a contratação de profissionais capacitados para atuação preventiva, organização do ambiente, controle de situações de risco e apoio à segurança dos participantes, colaboradores e estruturas utilizadas durante as festividades.

3.3. A contratação visa contribuir para a manutenção da ordem, prevenção de ocorrências, proteção do

patrimônio público e suporte à organização do evento, proporcionando maior segurança e tranquilidade à população participante.

3.4. Os serviços serão prestados por profissionais devidamente treinados, uniformizados e vinculados a empresa especializada e autorizada para atuação na área de segurança privada.

3.5. Dessa forma, a contratação mostra-se plenamente adequada e necessária ao atendimento do interesse público, contribuindo para a realização segura e organizada das festividades municipais.

3.6. Esse mesmo suporte fático de que utiliza o gestor para justificar a contratação também servirá de base para a caracterização da hipótese de dispensa ou inexigibilidade verificada no caso concreto, a exemplo da contratação fundamentada no **art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/ 2021 de 01/ 04/ 2021** e Decreto Municipal nº 031/2023, artigo 84, inciso II.

4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1. Contratação direta, por dispensa de licitação, de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada e uniformizada durante as festividades alusivas aos 59 anos de emancipação político-administrativa do Município de Maracajá/SC.

5. DO FUTURO CONTRATADO

5.1. A contratada será a empresa MDJ SEGURANCA PRIVADA E VIGILANCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Agenor Amador Fernandes, nº 292, Bairro Teresa Cristina, município de Içara/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.392.048/0001-46.

5.2. A Lei nº 14.133/21 dispõe que a **proposta mais vantajosa** para a Administração Pública não necessariamente será a de menor preço, mas sim aquela que atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor custo-benefício.

5.3. No caso, a escolha do contratado encontra amparo na proposta com preço praticado no mercado, atendendo de forma satisfatória a necessidade da Administração, devidamente justificada pelo setor requisitante.

5.4. No que se refere a **qualificação técnica** do contratado, também chamada de capacidade técnico-operacional, trata da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação. No caso, a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional está restrita ao rol previsto no art. 67 da Lei nº 14.133/21, tendo sida atendida a contento pelo contratado.

6. DA ENTREGA E DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. A entrega do objeto da contratação será realizada nos termos do Anexo I –Termo de Referência.

6.2. Os serviços serão prestados no período das 18h00min do dia 09 de maio de 2026 até às 02h00min do dia 10 de maio de 2026, totalizando 08 (oito) horas de atuação.

6.3. Os serviços serão executados no Centro Esportivo Municipal Antônio da Rocha, localizado na Avenida Nossa Senhora da Conceição, Centro, Maracajá/SC

6.4. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

6.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

6.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas da regularidade social.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2025:

64 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – 1.500.0000.0500

8. DO FORO

8.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente DISPENSA, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Araranguá/SC.

9. DA DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO

9.1. Considerando o acima exposto acolho as justificativas da dispensa de licitação e AUTORIZO publicação no sitio da municipalidade.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Maracajá, 07 de maio de 2026.